



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

**FORMAÇÃO PARA DIVERSIDADE SEXUAL: UM OLHAR
PARA COMUNIDADE LGBTQIA + NA EDUCAÇÃO**

YASMIN ARAÚJO MUKAI

BRASÍLIA
2023

YASMIN ARAÚJO MUKAI

**FORMAÇÃO PARA DIVERSIDADE SEXUAL: UM OLHAR PARA COMUNIDADE
LGBTQIA + NA EDUCAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à comissão examinadora
da Faculdade de Educação - FE da
Universidade de Brasília - UnB, como
requisito parcial para conclusão do
curso de graduação na licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição da
Silva Freitas.

BRASÍLIA

2023

YASMIN ARAÚJO MUKAI

FORMAÇÃO PARA DIVERSIDADE SEXUAL: UM OLHAR PARA COMUNIDADE LGBTQIA + NA EDUCAÇÃO.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca examinadora:

Professora Doutora Maria da Conceição Silva Freitas FE/ UnB
Orientadora

Professora Dr.^a Aílta Barros de Souza – Instituto de Ciências
Humanas/IH/ UnB
Examinador

Professora Dr.^a Norma Lúcia Neris de Queiroz
Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF)
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio incondicional de vocês. A vocês expresso minha sincera gratidão.

À minha mãe, Marileide, é difícil expressar em palavras toda a gratidão que sinto por você. Seu amor e apoio incondicional possibilitaram esse momento.

Ao meu tio, Clegilvan, com seu exemplo de determinação e sabedoria foram fontes valiosas de inspiração para mim.

À minha irmã, Ana Beatriz, sua disposição em me escutar mesmo quando tinha suas próprias questões foram essenciais nessa jornada.

Ao meu primo Roberto, que nunca negou seu apoio e palavras de encorajamento.

À minha namorada Bárbara, você é minha inspiração e força. Essa conquista é tanto sua quanto minha. Seu apoio e compreensão foram fundamentais durante os desafios acadêmicos que passei.

À minha orientadora Maria da Conceição, que dedicou várias horas de seu dia para poder acompanhar este projeto. Tenho imensa gratidão por você ter me acompanhado em muitas fases da graduação principalmente essa. Seu conhecimento, sua dedicação e paciência foram fundamentais para o sucesso deste projeto.

A todos, muito obrigada!

“Importante é o amor que une, a liberdade de amar quem quiser e seguirmos como iguais.”

Fernanda Fernandez

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender, a partir do ponto de vista de uma professora em formação, de que modo a escola trabalha a inclusão dos sujeitos dentro da diversidade sexual no cotidiano escolar. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, que permite identificar os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural, partindo da necessidade de conhecer a realidade social para poder transformá-la. Optou-se pelo estudo de caso e utilizou-se a entrevista como instrumento de coleta de dados. Tal procedimento permitiu escutar os participantes, coorte composta por parte da equipe gestora: a orientadora educacional e pela direção, possibilitando identificar os principais desafios de trabalhar com a diversidade, bem como as suas ações com suporte no documento orientador *Currículo em Movimento (2020)*, da SEEDF. Os resultados apontam que os pais têm mais dificuldade para aceitar o nome social e fazer uso dos pronomes pessoais e possessivos relacionados à orientação sexual. Observou-se que entre os estudantes há mais tolerância, porém isso não impede que entre eles não haja situações de desconforto e constrangimentos. As gestoras identificam um material didático inapropriado. A escola busca desenvolver estratégias para promover o respeito ao outro por meio de diálogos e escuta sensível, junto aos estudantes, bem como a produção artística e cultural. Como docente em formação penso que é fundamental incluir no currículo da graduação disciplinas voltadas para formação para a diversidade.

Palavra-chaves: Diversidade sexual; Formação; Currículo; Acolhimento

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1.....	21
--------------	----

SUMÁRIO

Memorial Educativo: A trajetória e suas dúvidas.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I - ENTENDENDO A DIVERSIDADE.....	4
1. Conceituando gênero, identidade e sexualidade.....	4
2. Diversidade sexual e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+.....	7
CAPÍTULO 2 - A LEGISLAÇÃO E A BUSCA DA INCLUSÃO ESCOLAR.....	9
1. O que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	9
2. O Currículo em Movimento do Distrito Federal e suas orientações para as experiências com a diversidade.....	10
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	11
CAPÍTULO 4. RESULTADOS.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

Memorial Educativo: A trajetória e suas dúvidas

Tive meu primeiro encontro com a sala de aula muito cedo, aos dois anos de idade, iniciando assim minha jornada escolar. Como filha de mãe solteira, aprendi desde tenra idade sobre a luta e a força de uma mulher ao criar uma criança sozinha.

Na escola, era reconhecida como uma aluna calma, quieta e, por vezes, excessivamente tímida. Eu ocasionalmente preferia brincar sozinha e tinha um seleto grupo de amigos. Evitava chamar muita atenção, embora sempre participasse das atividades propostas pelos professores e pelas outras crianças.

Com o decorrer da vida descobri que me interessava por esportes, principalmente jogar futsal, natação, futebol e nesse esporte que sigo até hoje praticando foi onde encontrei amizades sinceras e acolhedoras. Porém, era considerada uma criança diferente por não me interessar pelo que as meninas dessa época gostavam e conseqüentemente acabei sofrendo *bullying* contribuindo para que o ambiente escolar não fosse o meu preferido.

Os anos foram se passando e consegui juntar um grupo de meninas. Juntas conseguimos montar um time de futsal na escola. Não entendemos porque os meninos tinham um time e as meninas não. Com o passar do tempo, a aceitação por parte das meninas também foi ficando mais positiva e acabei não tendo mais tanta aversão à escola, sinceramente, a escola se tornou um refúgio naquele momento.

Por questões pessoais e pedagógicas precisei frequentar a sala da orientadora pedagógica e aos poucos fui entendendo seu trabalho e sua relevância. O paradigma de que era uma pessoa que punia os alunos por causa do comportamento foi rapidamente substituído pela figura de uma profissional que buscava compreender e ajudar na área social, educacional e familiar.

No Ensino Médio, o desejo de ingressar em uma faculdade ficou evidente desde o início. No entanto, tive que enfrentar grandes desafios na aprendizagem, mesmo estudando intensamente. Minhas notas costumavam ser abaixo da média, e, frequentemente, me encontrei em situações de recuperação, tendo que revisar todo o conteúdo novamente. Lidar com a frustração de não conseguir alcançar meus objetivos, logo de primeira, foi uma constante.

Após o ensino médio, iniciei um cursinho preparatório para o vestibular, fiquei dedicada, coloquei esse propósito no meu dia a dia, fiz o vestibular e conquistei a vaga no curso de Pedagogia. Assim fui apresentada a um novo ambiente acolhedor e de grande conhecimento.

Não demorou muito para que eu ingressasse nos primeiros estágios, dentre eles foram escolas religiosas, creches, brinquedotecas, escolas de Ensino fundamental, escolas de Ensino infantil. Era comum ficar alguns meses dentro de cada instituição e logo sair por não me

identificar com as metodologias, o tratamento com as crianças, métodos de avaliação e até a postura com os responsáveis.

Por tais motivos, preferi buscar um espaço que apresentasse uma proposta de educação diferente. Encontrei um espaço para mulheres empreendedoras, onde o local era dividido entre nós e nos ajudávamos mutuamente. O espaço era composto por uma área verde onde eram realizadas atividades com as crianças com terra, plantações e brincadeiras em geral; cozinha onde era feita cozinha pedagógica com criação e reprodução de receitas saudáveis; salas; onde tínhamos espaços para brinquedos; jogos, sala com quadro além de uma área onde fazíamos atividades motoras como esportes, andar de bicicleta, entre outras coisas. A minha proposta era ensinar de um jeito prático, fazer as atividades escolares de um jeito lúdico, despertar a curiosidade da criança para o aprendizado. Um contraturno com acompanhamento escolar.

O espaço era utilizado também por uma neuropedagoga, psicóloga e professora de yoga. Infelizmente, a responsável pelo espaço pediu a casa de volta para que fosse usada com outro propósito.

Atualmente, trabalho com aulas de reforço a domicílio com os mesmos princípios de uma educação que desperte curiosidade e a felicidade das crianças e adolescentes com que trabalho, quando concluir o curso de pedagogia quero reabrir o espaço e continuar o projeto.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender, a partir do ponto de vista de uma professora em formação, de que modo a escola desenvolve tratamento diferenciado em relação à diversidade sexual dos estudantes. Busca-se saber que tipo de acolhimento a escola oferece para superar, de modo preventivo, a violência contra os corpos diferentes. Como a escola trabalha a inclusão dos sujeitos dentro da diversidade sexual na sala de aula? Quais são as bases legais que dão suporte ao trabalho com a diferença no currículo escolar? E, no campo da formação docente, quais disciplinas orientam para o trabalho com a diversidade sexual? De que modo a escola se articula para dar conta da diversidade sexual no cotidiano escolar?

A justificativa para a escolha do tema surgiu a partir da minha experiência como estudante e a observação do modo como a diversidade sexual vem sendo tratada de maneira não inclusiva. Como por exemplo, a falta de respeito ao nome social, a utilização do banheiro por pessoas trans, agressividade aos estudantes, a existência de concepções religiosas discriminatórias de não acolhimento do diferente, a discriminação exercida e sofrida pelos estudantes por meio de atitudes vexatórias que causam constrangimento da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, o símbolo + abarca as demais orientações sexuais e de gênero). A proposta é olhar para essa comunidade excluída e marginalizada, encontrar estratégias para superar essa situação da discriminação. A única maneira de superar essas situações é por meio da divulgação do conhecimento.

Foi escolhido como campo de atuação o Ensino Médio tendo em vista que era necessário o entendimento ao tratamento dos jovens na escola pública analisada como esses jovens necessitam de orientação para viver e conviver com a diversidade na sociedade.

CAPÍTULO I - ENTENDENDO A DIVERSIDADE

1. Conceituando gênero, identidade e sexualidade

A comunidade LGBTQIA+ tem enfrentado, historicamente, diversos desafios relacionados ao preconceito, discriminação, homofobia, violência física, verbal, bem como assédio moral e sexual. Essas formas de intolerância têm gerado um ambiente hostil no qual pessoas LGBTQIA+ frequentemente se sentem compelidas a manter seus relacionamentos, identidades de gênero e orientações sexuais em segredo de familiares, amigos e até mesmo no ambiente de trabalho, por medo de sofrer ataques, perder o emprego ou enfrentar exclusão de grupos sociais. Essas experiências frequentes de exclusão podem levar a um sentimento de diferença e marginalização.

A visão distorcida, arcaica e preconceituosa pode ser chamada de homofobia. De acordo com Junqueira (2007) a homofobia pode ter esse conceito:

(A homofobia é) um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo), que costumam produzir ou vincula-se a preconceitos e mecanismos de discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, mais genericamente, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade. A homofobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra [LGBTQIA +] e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e heteronormativos. (JUNQUEIRA, 2007, apud REIS, 2015, p.163)

É crucial reconhecer a difícil realidade enfrentada por muitos membros da comunidade LGBTQIA +. Problemas como falta de aceitação e o estigma social podem ter consequências significativas para a saúde mental e emocional dessas pessoas. A pressão para se esconderem ou suprimirem sua identidade autêntica pode gerar ansiedade, depressão e outras dificuldades psicológicas.

A sigla LGBTQIA + é composta por diferentes letras e símbolos, cada um representando uma identidade específica. Ela abrange uma ampla gama de experiências e vivências, reconhecendo que as pessoas podem se identificar de maneiras diversas e únicas. O termo LGBTQIA+ é inclusivo e engloba não apenas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, mas também outras identidades que não se enquadram na categoria de heterossexualidade ou cisgênero (SWAIN, 2007). As identidades representadas na sigla LGBTQIA+ incluem:

- L - Lésbicas: mulheres que têm atração romântica e/ou sexual por outras mulheres.
- G - Gays: homens que têm atração romântica e/ou sexual por outros homens.

- B - Bissexuais: pessoas que têm atração romântica e/ou sexual por pessoas de mais de um gênero.
- T - Transgêneros: pessoas cuja identidade de gênero difere do sexo atribuído no nascimento.
- Q - Queer: um termo abrangente que pode ser usado por pessoas cuja identidade de gênero ou orientação sexual não se enquadra nas categorias tradicionais, ou como uma forma de reivindicar uma identidade não normativa.
- I: Intersexuais: pessoas que nascem com características biológicas que não se encaixam nas definições típicas de sexo masculino ou feminino.
- A: Assexuais: pessoas que não sentem atração romântica e/ou sexual por nenhum gênero.
- + : E outros símbolos e letras que podem ser adicionados para representar outras identidades.

Na sigla frequentemente aparece a palavra gênero, sexualidade e identidade. São três conceitos distintos, mas igualmente relevantes.

O conceito de gênero começa a aparecer com as feministas americanas no século XIX se referindo à organização social da relação entre sexos com ênfase em classe, raça e gênero (SCOTT, 1995, p. 72).

Judith Butler (2004) conceitua a problemática de pensar em gênero como binário e a normalização dos termos entre feminino e masculino.

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. (BUTLER, 2004, p. 253)

Além disso existem as pessoas que não se identificam com seu gênero de nascimento, as quais são chamadas de pessoas transgêneros, cuja sua identidade de gênero difere do seu gênero de nascimento.

Outras perspectivas insistem que “transgênero” não é exatamente um terceiro gênero, mas um modo de passagem entre os gêneros, uma figura intersticial e transicional de gênero que não é redutível à insistência normativa de um ou dois. (BUTLER, 2004, p. 256).

Logo, pensar identidade de gênero é entender como a pessoa realmente se vê, independe do seu sexo biológico. A vivência social e cultural desse indivíduo representa a forma como ele se identifica.

Ao contrário da crença comum hoje em dia, adotada por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno. (GOMES, 2012, pág. 9).

Portanto, é necessário ressaltar que o indivíduo pode se identificar em vários grupos da sigla. Por exemplo, um homem transgênero pode ser considerado um homem gay ou bissexual dependendo da sua orientação sexual. Assim, compreende-se que orientação sexual e gênero não são a mesma coisa e que uma pessoa pode estar inserida em vários grupos da comunidade. Sexualidade tem a ver com qual grupo de pessoas o indivíduo se relaciona e não com base na distinção entre gênero e sexualidade.

Contra as abordagens da sexualidade marcadas pelo sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero, a teoria queer traz à tona a discussão não somente sobre a constituição dos sujeitos da sexualidade, como também sobre os próprios limites daquele modelo de construção de conhecimento e o quanto cada sujeito ou grupo suporta (des)conhecer. (César, 2009, pág. 49).

No contexto escolar, os alunos estão passando por transformações físicas e emocionais. Desde a Educação Infantil até o Ensino Médio os alunos precisam ser ouvidos, acolhidos e ao chegarem à escola sentirem que é um espaço seguro, e que suas necessidades podem ser atendidas. A escola precisa ser um ambiente em que os estudantes possam se expressar, socializar e aprender sem receios.

É dever da equipe pedagógica, dos professores, dos que prestam serviços na escola e da sociedade como um todo proteger e assegurar que esses alunos tenham uma experiência positiva.

2. Diversidade sexual e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+

O primeiro contato social de um indivíduo ocorre geralmente dentro da família e com os cuidadores. Nesse contexto, ele encontra seu papel e identidade dentro do ambiente familiar. Muitas vezes, esse indivíduo também é exposto a outras instituições, como a igreja e a escola, que podem impor regras de comportamento, valores e cultura alinhados com os dos seus criadores. Na sociedade em geral, é comum que as pessoas busquem se encaixar nos grupos aos quais são inseridas, porém, para aqueles que fazem parte da comunidade LGBTQIA + esses

espaços muitas vezes não são inclusivos ou adequados, o que pode gerar desconforto e dificuldades de identificação.

Para as pessoas LGBTQIA+ em processo de descoberta e autocompreensão, pode ser confuso e desafiador entender como se encaixar nesses ambientes. Além disso, mesmo para aqueles que não fazem parte da comunidade, é comum receberem ideias errôneas dos outros, sendo expostos à atitudes pejorativas, ridicularização e falta de respeito.

É importante reconhecer que esses espaços sociais muitas vezes não são inclusivos e podem não fornecer suporte adequado para pessoas LGBTQIA+. Isso pode criar uma sensação de isolamento e dificultar o desenvolvimento de uma identidade positiva e saudável. A falta de aceitação e compreensão nessas esferas sociais pode trazer consequências emocionais e mentais negativas, como ansiedade, baixa autoestima e depressão.

É fundamental que as instituições e espaços sociais sejam mais sensíveis e inclusivos em relação à diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. A educação sobre diversidade e respeito deve ser promovida em todos os níveis, para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, sintam-se valorizadas, acolhidas e incluídas.

Além disso, é necessário desafiar e dismantelar os estereótipos e preconceitos que existem dentro da sociedade em relação à comunidade LGBTQIA+. A promoção de um ambiente de respeito, empatia e aceitação é fundamental para que todos possam se sentir seguros e confortáveis em ser quem são, sem medo de discriminação ou exclusão.

A criação de espaços seguros e inclusivos, juntamente com a educação e a conscientização contínuas, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e diversa, onde todas as pessoas possam se expressar livremente e serem respeitadas em sua autenticidade.

As sociedades de modo geral foram moldadas a partir da religião, da cultura e de seus costumes. Muitas igrejas apresentam que tudo aquilo fora do padrão heterossexual é visto como algo errado, pecaminoso e doentio (cabe ressaltar que é dito em sua maioria, porém nem todas se encaixam nesse padrão). Tal concepção alarga o preconceito, porque a maior parte da população cristã tem essa concepção sobre o que se difere do padrão hétero. Essas pessoas que estão até mesmo dentro de centros religiosos sentem-se oprimidas e rejeitadas pelos seus pares, muitas vezes tentando esconder sua orientação ou seu gênero para uma aceitação maior do grupo. Portanto, é essencial que essas pessoas sintam-se acolhidas e não julgadas. Entender a diversidade é fundamental para que esse tipo de preconceito enraizado se torne cada vez mais obsoleto.

Os estudos sobre diversidade sexual ainda estão em andamento, talvez isso possa explicar, em parte, a sua falta e por não haver matérias sobre esta temática nos cursos de graduação.

A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorre desde meados dos anos de 1970 e deve-se, historicamente, à pressão dos grupos feministas e dos grupos gays e lésbicos que denunciaram a exclusão de suas representações de mundo nos programas curriculares das instituições escolares. (DINIS, 2008, pág. 479).

De acordo com o dicionário, o conceito de diversidade é “um substantivo feminino que caracteriza tudo aquilo que é diverso, que tem multiplicidade”, assim como a sexualidade que têm muitas formas e várias maneiras de amar e se expressar.

O Currículo em Movimento do Ensino Médio do Distrito Federal aborda que os alunos devem ter aulas sobre a temática da diversidade contemplando também a comunidade LGBTQIA + como outros grupos também.

Como sinaliza a professora Viviane Melo Mendonça (2017), trazer a pauta sobre a diversidade não é ensinar as crianças e adolescentes a serem homossexuais, até por isso ser impossível de acontecer. Orientação sexual não é ensinada, afinal se isso fosse verídico existiriam apenas pessoas heterossexuais tendo em vista que a sociedade é heteronormativa. É comum que em filmes, desenhos, histórias infantis tenham apenas casais héteros e um modelo de família tradicional, apesar de que a indústria está trazendo a pauta como no filme Lightyear (2022) onde aparece um casal de mulheres que constituem uma família, no desenho Clarêncio, o Otimista (2014) exibido, pelo canal Cartoon Network o personagem Jeff tem duas mães. É imprescindível que a mídia apresente papéis como os citados anteriormente para que as pessoas conheçam, normalizem e até mesmo causem o sentimento de identificação.

CAPÍTULO 2 - A LEGISLAÇÃO E A BUSCA DA INCLUSÃO ESCOLAR

1. O que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja, como é organizado e estruturado o ensino no Brasil. Com relação aos direitos que devem existir no ambiente escolar é importante mencionar o artigo segundo desta lei:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2018).

Portanto, o ambiente familiar e o Estado têm papel fundamental em proporcionar uma experiência escolar harmônica e produtiva nos princípios de que o educando receba educação de qualidade, seu acesso e permanência, segurança entre outros fatores. As crianças e adolescentes precisam de um espaço tranquilo para sentirem-se seguras e expressarem-se. Muitas interações acontecem entre professores, alunos, gestão, pais e outros profissionais que fazem parte do ambiente escolar. Nessas interações podem acontecer situações difíceis ou complicadas, o que é normal e aceitável para situações sociais.

O problema acontece quando essas situações se transformam em *bullying* que pode ser conceituado como comportamentos agressivos, físicos ou psicológicos, como chutar, apelidar, discriminar e excluir (LOPES, 2005; SMITH, 2002). Com intenção de humilhar e desonrar outros estudantes, esse tipo de violência geralmente ocorre com grupos que possuem características físicas, sócio-econômicas, de etnia e orientação sexual específicas (SMITH, 2002). Esses grupos são mais atacados historicamente por serem vistos com preconceito, atacados pela mídia com “humor”, tratados pela sociedade com indiferença e ridicularização.

Outro marco importante é a Lei Federal n.º 13.005 de 2014, chamada de Plano Nacional da Educação. É um plano com vigência de dez anos que define dez diretrizes que devem nortear a educação brasileira com vinte metas que devem ser cumpridas nesse tempo. Em específico a meta 3, tem como beneficiários jovens entre 15 e 17 anos e tem como objetivo universalizar o atendimento para os jovens nessa faixa etária e aumentar a matrícula em 85%. Em todas as metas são apresentadas estratégias a fim de que tais objetivos sejam cumpridos. A estratégia 13 “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;” (BRASIL, 2011).

No Brasil, não existe uma lei específica sobre transfobia e homofobia, por causa disso o STF decidiu enquadrar esses crimes na Lei nº 7.716, DE 5 de janeiro de 1989. Inicialmente essa lei se aplica a crimes de discriminação e racismo, enquanto os crimes de homofobia e transfobia não tem uma lei específica por não terem lei específica, acabaram sendo enquadrados na lei já existente.

2. O Currículo em Movimento do Distrito Federal e suas orientações para as experiências com a diversidade

No Distrito Federal, o Currículo em Movimento apresenta propostas que dão respaldo às experiências no tratamento da diversidade nas escolas, bem como orienta o trabalho docente.

Este documento apresenta o histórico e as bases legais do Novo Ensino Médio contemplando um novo currículo. Com base nesse documento, os docentes podem e devem articular suas aulas contemplando seus eixos norteadores.

Um desses capítulos se chama: Educação para a diversidade. Esse capítulo reconhece a importância de tratar sobre a temática e respalda os professores para que possam ensinar sobre esse conteúdo. É papel fundamental dos docentes que se atualizem sobre a temática, levem para dentro da sala de aula e trabalhem com os estudantes para que haja entendimento pois somente o conhecimento pode acabar com o preconceito.

As juventudes carregam consigo experiências marcadas por fatores de raça/etnia, gênero, sexualidade, classe e geração, bem como de ordem religiosa, geográfica, motora e/ou sensorial. Por essas razões, este Eixo possui, por princípio legal, o dever de educar para o reconhecimento das diferenças em diálogo com a universalidade, buscando sempre a preservação, promoção e proteção dos direitos de cada estudante. Da mesma forma, ele visa à equidade, à promoção da diversidade humana, bem como ao combate à violação de direitos e ao enfrentamento das discriminações de qualquer natureza. (Distrito Federal, 2014a, p. 40).

Somente por meio da educação, entendendo os processos históricos-culturais, é possível fazer mais mudanças na sociedade. Para que não se repitam os erros do passado, é preciso compreender as lutas e deixar padrões antigos no passado.

Esse atributo nos leva a alguns grupos excluídos que, historicamente, têm vivenciado a desigualdade em virtude de suas diferenças dos padrões preestabelecidos: mulheres, pessoas com deficiências, negros, povos indígenas, população LGBT, quilombolas, pessoas do campo e pobres, entre outros (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 40).

A construção de gênero ocorre em diferentes espaços sociais, inclusive na escola. A sociedade brasileira passou por transformações que contribuíram para a consolidação do capitalismo e da família burguesa, que se caracteriza pelo modelo nuclear, a valorização da maternidade e do cuidado da família, pela mulher. A família tradicional tem o marido/pai como provedor. Nessa configuração de família, conforme Carvalho e Abreu (2016) “Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal e retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’INCÃO, 2006, p. 223, apud por CARVALHO E ABREU, 2016, p. 18)

Ocorreram mudanças na vida social, especialmente, com a crise econômica mundial. Ao mesmo tempo, aumentaram as famílias monoparentais e reconstituídas e a maior participação da mulher no mercado de trabalho. A mulher aumentou sua presença na esfera pública passando também a ser provedora. Apesar destas mudanças na vida social, a escola brasileira ainda continua valorizando o modelo patriarcal. A construção de gênero se dá em várias instituições, dentre elas a escola que transmite e reproduz práticas sociais, valores e comportamentos considerados adequados ao masculino e ao feminino. Portanto, a escola juntamente com a família precisa realizar essa tarefa de forma crítica e acolhedora.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

Para dar conta deste empreendimento acadêmico aplicou-se uma metodologia qualitativa.

A expressão "pesquisa qualitativa" assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979a, p.520).

O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados (MANNING, 1979, p.668, *apud* por NEVES, 1996) .

Para Triviños (1987) a pesquisa qualitativa contrapõe-se à pesquisa quantitativa apoiada no positivismo. A pesquisa qualitativa permite compreender e analisar a realidade por meio de enfoques subjetivistas-compreensivista e os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural, ou seja, permite conhecer e interpretar a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos. Este trabalho usou um tipo de pesquisa qualitativa denominado Estudo de Caso. Para isso, analisou-se a abrangência de uma unidade. A unidade é a equipe gestora de uma escola e como esta equipe gestora trabalha com a diversidade sexual no cotidiano escolar. Examinou-se as condições, as possibilidades e os limites para compreender o trabalho com a diversidade sexual.

As informações foram obtidas por meio da aplicação de entrevistas junto aos componentes da gestão escolar: Direção e Orientação Educacional. (ANEXO 1)

A primeira ação foi a análise documental da Legislação de Ensino: A Lei nº. 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB no que trata sobre a importância de evitar a evasão escolar por meio do tratamento da temática da diversidade sexual. Também no documento da Secretaria de Estado e Educação: Currículo em Movimento as orientações para

o trabalho com as experiências sobre a diversidade. E a abordagem sobre a diversidade sexual no Projeto Político Pedagógico da Escola do DF, que foi analisada.

Entrevista

A equipe gestora para a realização das entrevistas foi escolhida tendo em vista que são os atores escolares que lidam diretamente com esse assunto e encaminham as soluções dos conflitos na comunidade escolar, compreendendo pais, responsáveis, estudantes, equipes que também trabalham dentro da escola e a sociedade.

A entrevista foi realizada em uma escola pública do Distrito Federal de Ensino Médio, tradicionalmente conhecida por fazer um tratamento diferenciado da temática conhecida por meio de seus projetos pedagógicos com os jovens. Caracteriza-se pela preocupação com o desenvolvimento de aspectos culturais. Durante a coleta de dados, identificou-se a existência de artes espalhadas pela escola onde apareciam desenhos que representavam a diversidade incluindo aspectos da diversidade sexual como bandeiras, diferentes formas de expressão afetiva.

As entrevistas foram realizadas com a direção e a orientadora educacional. Foram feitas perguntas iguais para ambas. Com duração de cerca de 20 minutos cada entrevista.

Para elaboração do roteiro da entrevista foi analisado o documento da Secretaria de Educação, o currículo da Faculdade de Educação, a LDB, legislação e o regimento da Secretaria de Educação e o Projeto Político Pedagógico da escola que norteia e dá suporte às ações da escola em relação à diversidade sexual.

A leitura desses documentos serviu para fundamentação teórica. Estudar a legislação tem como premissa assegurar que esses estudantes recebam e desenvolvam conhecimentos sobre essa temática independente de credo religioso, opinião pessoal e opção política.

CAPÍTULO 4. RESULTADOS

Por que é importante discutir e abordar esse tema da diversidade nas escolas?

“Esclarecimento! Muito se julga por não conhecer, quando você escuta e abre esse espaço de troca com amor e o amor ele não machuca. E, às vezes, a família que ama acaba machucando por achar que se privar o adolescente pode ser que ele mude esses pensamentos”. (Diretora).

“Na verdade, acredito que esse tema seja importante trabalhar em todos os espaços e a escola sendo apenas um desses espaços. Vamos pensar que a escola é onde as crianças e

adolescentes tem passado maior parte do tempo da primeira idade até agora no finalzinho que é o Ensino Médio em seguida faculdade. Onde eles estão em grupos e tem tudo a ver trabalhar essas questões na escola. Enfim, não vejo a escola excluída dessa temática.” (Orientadora Educacional).

Em relação à importância da abordagem do tema sobre a diversidade sexual, ambas as gestoras manifestam-se favoráveis. Observa-se que a escola busca contribuir na construção social de gênero, incluindo a diversidade sexual que ocorre em diferentes espaços sociais, sendo a escola um deles, conforme assinalado por Pimentel e Abreu (2016).

Como você acredita que a inclusão e o respeito às diversidades podem contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor?

“Sem inclusão, não tem acolhimento. Se a gente pensar na sociedade ela não é acolhedora e muitas vezes a escola também não é. A gente inclusive tem a nossa luta focada contra esse movimento, sabemos que os espaços são excludentes e trabalhamos aqui para que os estudantes se sintam acolhidos”. (Orientadora Educacional).

A escola pode ser um ambiente acolhedor ou excludente, todos deveriam pensar que aquele estudante para ter um bom desempenho necessita de um espaço de acolhimento onde essa pessoa possa se expressar e ser quem ela é. Assim, tornando o índice de evasão escolar menor e o aproveitamento do ensino e da aprendizagem tanto em fator social quanto cognitivo.

Quais são os principais desafios que os professores enfrentam ao lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero em sala de aula e no planejamento?

“Às vezes, fico até brava com os professores porque eles falam que não sabem como trabalhar com esses assuntos. A gente não aprende isso, é *feeling*. Precisamos ter uma escuta sensível, ter atenção. O que falta em sala principalmente no Ensino Médio? O que eu vejo principalmente é que não são pedagogos, nunca fizeram educação, falta escutar. Falta se colocar na altura do aluno e ouvir suas questões. Precisamos deixar o jovem falar, aquele jovem que chega *emo*, trans, de peruca e maquiagem e tal, às vezes ele se incomoda de ficarem sendo vistos. Eles sofrem com isso. Tem professor que não sabe nem o nome do jovem, e você pode ter certeza que quando você os trata bem eles vão te tratar diferente”. (Diretora)

A diretora aponta a necessidade dos docentes terem na formação inicial capacitação para lidar com a diversidade, de modo que esses profissionais do ensino possam ouvir, compreender as necessidades afetivas dos estudantes e que essas necessidades impactam na vida do

estudante. Neste sentido, o Currículo em Movimento da SEDF ajuda os profissionais como um guia que orienta na tomada de decisões no planejamento e no processo de ensino-aprendizagem.

Quais estratégias você considera eficazes para promover a conscientização sobre a diversidade sexual e de gênero entre os estudantes?

“O tratamento e a naturalidade como a coisa é levada é muito mais importante do que as palestras. Óbvio que elas são necessárias, mas a prática é muito mais importante do que qualquer teoria. É muito lindo no papel, mas quando a gente está conversando com alguém e trata pelo pronome correto, lembra toda vez e se policia toda vez em chamar e respeitar isso no coletivo para todos ouvirem isso tem um impacto coletivamente falando enquanto eu falo com aquela pessoa de forma respeitosa e outra pessoa vê e passa vendo esse comportamento eles entendem que isso é o natural, que está tudo bem.” (Orientação Educacional).

A forma que se acolhe e transparece para as outras pessoas é uma importante ferramenta para que haja empatia e respeito com as outras pessoas.

Você já presenciou ou teve alguma experiência pessoal relacionada à discriminação ou preconceito contra pessoas LGBTQIA+ na escola? Como você lidou com essa situação?

“Aqui no SOE trazemos as soluções, temos o espaço mais acolhedor da escola, nós temos mais problemas quando iremos trabalhar com as famílias, com os professores que não tem facilidade para entender, os alunos não trazem essa dificuldade. Os pais têm maior dificuldade com essas questões e com os professores que se recusam a usar o nome social que é uma das dificuldades eles acham que o aluno que assinam a prova com o nome social pode ser enquadrado como uma falsidade ideológica e eu digo o quanto isso é improvável de acontecer. Então, eles pegam para si situações que foram com outros e acham que isso é geral e essas questões passam a ser mais importante do que com a causa o que me deixa desconfortável é talvez isso possa acontecer, mas a nossa causa é muito mais importante não é porque você não está passando por essa situação que você não vai lidar com isso, enquanto sociedade é um dever nosso participar da luta. Na ficha de inscrição do aluno temos o campo para escrever o nome social inclusive pedimos autorização dos pais, esse respaldo não são todos que dão. Mas, eu como orientadora educacional, chamo pelo nome social do aluno independente da autorização do pai ou de mãe porque dentro da escola eu sou responsável pelo conforto e bem-estar dos sentimentos do meu aluno. Hoje é um nome e amanhã pode ser outro, acontece que eles estão em fase de transição e a gente também tem que ser capaz de compreender isso sem julgar e blindar os julgamentos dos professores. Eles falam assim: - não era beltrano? hoje

já é ciclano? olha, eu já nem sei mais... muda de nome igual muda de roupa. E eu digo que isso é uma agressão, chamo o professor e digo que não podemos agir assim que eles estão em falta de transição.

É perceptível que para a Orientadora Educacional os principais problemas com os estudantes são das próprias pessoas que deveriam assegurar seu conforto em ambiente escolar, ou seja, os responsáveis e os próprios professores. À medida que os estudantes se sentem constrangidos e oprimidos por expressarem seus desejos os próprios começam a se revoltar com a escola e com o núcleo familiar muitas vezes encontrando refúgio em atividades que não são apropriadas. Um exemplo que foi apresentado na escola é de uma estudante transsexual que acabou encontrando uma forma de aliviar suas dores no uso de cigarros e de automutilação por não ser aceita em casa, a equipe pedagógica constantemente fazem esse suporte de redirecionar o foco para atividades artísticas, como a maquiagem.

Como você acha que os currículos escolares podem abordar o tema LGBTQIA + de forma adequada?

“Eles abordam no Currículo em Movimento. Mas, como trabalhar isso? Tem professor que não se sente à vontade, isso volta pra questão da Faculdade de Pedagogia que é muito importante se você não tem vontade de fazer o curso pelo menos procure autores no mínimo ler Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, para entender o jovem, para entender as abordagens. Se você olhar o currículo em movimento, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) perde-se na prática e na cobrança. Eu peço para o professor utilizar, mas claramente eles não querem para não sair da zona de conforto e se tivessem formações continuadas seria melhor”. (Diretora)

“Pra te ser sincera, eu acho que eles não abordam, é muito pouco. Inclusive passei por uma situação que uma pessoa se dizendo do Ministério da Família que é um ministério que não existe mais no atual governo e isso foi esse ano, fiquei atenta e deixei a pessoa falar. O projeto seria de enfrentamento de violência para mulheres e como as mulheres fariam para evitar receber violência virtual e física então ele queria culpar a vítima de sofrer violência e não o agressor, esse palestrante foi em todas as escolas aqui perto e palestrou então temos que ter cuidado de quem colocamos dentro do ambiente escolar.” (Orientadora Educacional)

As queixas mais abrangentes foram no sentido de que existe a proposta no currículo em movimento, porém alguns professores não querem abordar esse tema em sala de aula.

Em sua opinião, qual é o impacto da representatividade LGBTQIA + nos materiais didáticos e nas referências culturais utilizadas em sala de aula?

“Não tem. Inclusive no ano passado eu recebi um material da regional que estava estocada há muitos anos e era um material da época Fernando Henrique. Era um kit falando sobre orientação sexual, com um padrão de pessoas brancas e hétero, nenhuma questão sobre gênero ou outras sexualidades. Não quis distribuir aos estudantes esse material sobre padronização e hétero normativa, ou seja, recebemos um kit do que não fazer. Tem legislação, mas situações como essa voltam a ocorrer. (Orientação Educacional)

Existe uma falha no sistema onde pouco é produzido em relação ao material didático que inclui diferentes tipos de família, gênero, raça. Ainda quando há essa inclusão ela é insuficiente, seria necessário que houvesse mais preocupação por parte das editoras na produção de material didático.

Quais são as principais sugestões que você daria para os professores que desejam promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso para estudantes LGBTQIA +?

“Acho que deveriam pensar se fossem eles, desenvolver a empatia infelizmente precisa ser assim. É difícil para as pessoas entenderem o que é respeito, elas precisam se imaginar no lugar do outro para poderem realmente respeitar o que eu não concordo deveria ser algo natural. Não sei se é uma questão geracional, é algo tão egoico. (Orientadora Educacional)

O respeito é uma construção social na escola e na família. A escola precisa contribuir quando seleciona material pedagógico para mostrar as informações corretas sobre a inclusão, é preciso criar espaços de roda de conversa que permitam o conhecimento.

Como você pensa a participação da família sobre a diversidade sexual?

“Tento conversar com a família a maior parte das vezes eles não recebem bem. Por exemplo, essa questão de banheiro, como eles são menores de idade, precisa do consentimento da família caso o estudante queira usar outro banheiro, mas a maioria não consente. Eu tento passar muita informação sobre todos os tipos de assuntos que tenho domínio sobre essas questões, mas muitos pais não querem ouvir. (Diretora)

O conhecimento mais a qualificação precisa ser trabalhado ao longo do tempo para que seja consolidado. A escola pode promover estratégias com rodas de conversa, palestras e oficinas. Buscar compreender quais são as queixas desses pais e ajudar a fazer eles entenderem e que possam dialogar com seus filhos também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista de uma professora em formação, foi possível compreender o trabalho que a escola realiza em relação à diversidade sexual. A partir da entrevista realizada com os gestores: diretora e orientadora educacional foi possível identificar as estratégias utilizadas pela escola que são delineadas a partir das orientações do currículo em movimento da Secretária de Educação (BRASIL, 2014). As estratégias desenvolvidas pela escola são as rodas de conversa, a escuta sensível e Ação Cultural - artesanato feito pelos estudantes - para servir como forma de expressão de sua criatividade. As definições prescritas no documento legal garantem que a escola trabalhe com segurança a temática.

A escola enfrenta algumas dificuldades no trabalho com a diversidade. Podemos citar a não aceitação do nome social pelos pais e utilização correta dos pronomes como dele e dela. Isso significa que, apesar dos esforços da equipe gestora, ainda é necessário mais ações voltadas para o desenvolvimento do acolhimento à diversidade.

Conforme aponta a equipe gestora, existe uma resistência do corpo docente para buscar atualização profissional, pois, preferem ficar na “zona de conforto”. Alguns componentes do corpo docente não mostram interesse em pesquisar ou buscar formação continuada, e nesse sentido o trabalho fica prejudicado.

Outro limite que dificulta a inclusão da população LGBTQIA + , apontado pela equipe gestora, é que o material didático tem característica hetero-normativa e a falta de componentes étnico-raciais. Esta lacuna gera no estudante pouca ou nenhuma representatividade.

Em conclusão a escola pode contribuir para uma educação que aceite as diferenças numa perspectiva inclusiva, todavia ainda falta um longo caminho para se alcançar esta meta tendo em vista que a literatura acadêmica ainda não está suficientemente difundida nos cursos de formação de professores. Tal fato influencia na capacitação docente para atender às especificidades da população LGBTQIA +.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 33-41, 2008.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Artigo 206. 4. ed. atual. [S. l.: s. n.], 1988.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos pagu*, p. 249-274, 2014.
- CARVALHO, Iracilda Pimentel e ABREU, Fabrício Santos Dias de (Orgs.). *Diversidade no contexto escolar: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça*. 1.ed. Curitiba; Appris, 2016.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". *Educar em revista*, p. 37-51, 2009.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*, v. 2, p. 42, 2012.
- DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, v. 29, p. 477-492, 2008.
- DIVERSIDADE In.: *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2023.
- GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, v. 44, p. e275110, 2023.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-posições*, v. 19, p. 17-23, 2008.
- PEIXOTO, Reginaldo; OLIVEIRA, Marcio. Políticas de inclusão da diversidade cultural: dos direitos educacionais à LGBTQIAfobia na escola. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 19, p. 560-575, 2020.
- SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma

categoria útil de análise histórica de Joan Scott. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais – Anos Finais. Brasília, 2014.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Educar em revista, v. 35, p. 287-305, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987

Anexo

Anexo 1 - Entrevista

1. Como você define o termo "LGBTQIA+"?
2. Por que é importante discutir e abordar esse tema nas escolas?
3. Como você acredita que a inclusão e o respeito às diversidades podem contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor?
4. Quais são os principais desafios que os professores enfrentam ao lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero em sala de aula e no planejamento?
5. Quais estratégias você considera eficazes para promover a conscientização sobre a diversidade sexual e de gênero entre os estudantes?
6. Você já presenciou ou teve alguma experiência pessoal relacionada à discriminação ou preconceito contra pessoas LGBTQIA+ na escola? Como você lidou com essa situação?
7. Na sua opinião, qual é o papel do professor na promoção da inclusão e do respeito às diversidades, incluindo a diversidade LGBTQIA+?
8. Como você acha que os currículos escolares podem abordar o tema LGBTQIA+ de forma adequada?
9. Existem limites para a discussão do tema nas salas de aula? Se sim, como você equilibra a liberdade de expressão e a sensibilidade dos alunos em relação a questões LGBTQIA+?
10. Em sua opinião, qual é o impacto da representatividade LGBTQIA+ nos materiais didáticos e nas referências culturais utilizadas em sala de aula?
11. Quais são as principais sugestões que você daria para os professores que desejam promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso para estudantes LGBTQIA+?
12. Vocês têm costume de perguntar aos alunos da comunidade se eles querem ser chamados pelo nome social na chamada, por exemplo?
13. Como você pensa a participação da família sobre a diversidade sexual?